

Obra(s) em recensão: **FEREIRA, Manuel Pedro** (Intr., Coord., Dir. Musical) - *Antologia de música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*, 2 vols. Lisboa: Arte das Musas e Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (FCSH da UNL), [2009].

**RODRIGUES, Ana Maria e FERREIRA, Manuel Pedro** (Coord.) - *A Catedral de Braga. Arte, Liturgia e Música dos fins do século XI à época tridentina*. Id.: ibid., [2009]. 236 pp.

Autor(es): **José Mattoso**

Enquadramento Institucional: **Director da Medievalista**  
Contacto: [jjmmts@hotmail.com](mailto:jjmmts@hotmail.com)

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Nº7, (Dezembro 2009). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

## Recensão

**FEREIRA, Manuel Pedro** (Intr., Coord., Dir. Musical) - *Antologia de música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*, 2 vols..

Lisboa: Arte das Musas e Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (FCSH da UNL), [2009].

**RODRIGUES, Ana Maria e FERREIRA, Manuel Pedro** (Coord.) - *A Catedral de Braga. Arte, Liturgia e Música dos fins do século XI à época tridentina*.

Id.: ibid., [2009]. 236 pp.

Quando Solange Corbin em 1960 publicou o seu livro sobre a deposição litúrgica de Cristo na Sexta-feira Santa, ou seja, sobre uma cerimónia peculiar da liturgia bracarense da qual encontrou a notação musical em manuscritos medievais, a obra permaneceu completamente isolada na bibliografia portuguesa acerca da nossa música medieval até quase ao fim do século. Os nossos eruditos (entre os quais me confesso incluído) não sabiam bem que fazer com a «notação portuguesa» que aquela paleógrafa considerava própria de um ambiente marginal em relação com os meios musicalmente mais activos e

mais conhecidos, o qual, a certa altura, adoptara e adaptara uma forma importada de assinalar o meio-tom de melodias religiosas de origem ultra-pirenaica que continuaram a ser cantadas quase como fósseis cuja origem se tornou desconhecida. Devo confessar a surpresa com que li as 90 páginas da *Antologia de música* anterior ao Renascimento conhecida ou praticada em Portugal, quer através de manuscritos, quer através de notícias sobre actividades musicais, quer deduzidas do exame de instrumentos musicais ainda hoje conservados. O exame cuidadoso e competente que Manuel Pedro Ferreira faz de todos estes dados e indícios permitiu-lhe traçar um panorama novo e completo acerca de uma actividade cultural que julgávamos ausente da nossa memória histórica. Permitiu-lhe, até, transcrever para a notação moderna um número considerável de melodias medievais ou renascentistas e, juntamente com o grupo «Vozes Alfonsinas», por ele próprio dirigido, gravar dois CDs com 39 peças que vão desde um responsório da época visigótica até um romance quinhentista.

Queria sublinhar antes de mais a competência do Autor demonstrada não só na segurança com que lida com os problemas técnicos da notação musical e dos fenómenos típicos de cada época e cada região europeia, mas também na perspicácia com que os relaciona com outros conhecimentos pouco comuns devido ao grau de especialização que requerem, como a história da Liturgia, a paleografia (musical e não musical), a arqueologia dos instrumentos musicais, e as informações documentais encontradas em textos coevos ou em memórias históricas sobre as actividades culturais quer de centros religiosos, tanto monásticos como diocesanos, quer de centros senhoriais e régios. Ao autor não escaparam os fragmentos pergamináceos retirados de encadernações posteriores, nem os manuscritos litúrgicos esquecidos ou desprezados por conservadores rotineiros, nem os livros de coro, alguns dos quais permanecem nas estantes dos cadeirais como pesados e inúteis objectos decorativos, nem as cantigas trovadorescas, nem as poesias dos cancioneiros, nem as esculturas românicas, nem, obviamente, certos estudos eruditos de especialistas da história da música que foram descobrindo, aqui e ali, espécimes que conseguiram contextualizar com maior ou menor rigor e competência (geralmente publicados em artigos de revistas especializadas desconhecidas dos historiadores). Assim, apoiando-se em todos estes materiais, M. Pedro Ferreira foi alargando o conjunto de conhecimentos de história da música

medieval portuguesa, até conseguir traçar um panorama coerente, completo e muito mais articulado e abundante do que se poderia imaginar há cinquenta anos. A bizarra descoberta de Solange Corbin, que os medievalistas portugueses da época não conseguiram integrar nas suas panorâmicas de história cultural, tornou-se perfeitamente enquadrada, ganhou sentido, e representa de facto um fenómeno muito interessante do contacto de culturas no ambiente peninsular dos séculos XI e XII. Mais importante ainda do que isso, é o facto de podermos actualmente verificar que a actividade musical portuguesa da Idade Média e do Renascimento foi muito mais activa, variada e, em alguns aspectos, original, do que se poderia imaginar como dedução do que se julgava ser o silêncio das fontes. Com efeito as fontes não faltam nem estão caladas (para quem sabe interrogá-las). É preciso, porém, uma boa dose de conhecimentos invulgares, de paciência para detectar e reunir pequenos indícios ocultos em fundos documentais pouco frequentados e de persistência na leitura de toda a espécie de fontes históricas onde as informações estão perdidas no meio de outras matérias consideradas mais importantes. Acrescentemos, ainda, que é também preciso saber usar instrumentos de trabalho especializados, sobretudo grandes levantamentos sistemáticos do género do *Corpus Antiphonarium Officii* (inventário das antífonas do ofício divino) de J.-R. Hesbert (Roma, 1968) ou da Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses (BITAGAP) dirigida pelos A. Askins e H. Sharrer das universidades de Berkeley e de Santa Bárbara.

Observemos a este respeito como seria útil fazer o levantamento sistemático e completo dos fragmentos de textos medievais (literários, litúrgicos, jurídicos, teológicos, etc.) que foram sendo detectados e separados ou pelo menos fotografados nas nossas bibliotecas e arquivos e que nem sempre estão devidamente acondicionados ou classificados. O que em tempos foi iniciado por Avelino de Jesus da Costa, com meios rudimentares e resultados nem sempre seguros (entre outras razões por se terem perdido os originais e não se conseguirem identificar as respectivas fotografias), e que foi depois retomado por Askins e Sharrer, permitiu já descobrir fragmentos de uma enorme importância, como, por exemplo o fragmento do Cancioneiro de D. Dinis. Este trabalho é especialmente importante num país como Portugal onde é tão frequente a perda da memória ou dos vestígios de produtos culturais de grande valor devido à falta de continuidade da

produção cultural, agravada pela fragilidade institucional. Os frequentes crimes culturais do género do que sucedeu em Viana do Castelo, no fim do século XIX, quando os arquivos conventuais foram saqueados e se usaram os pergaminhos para fazer foguetes – pequeno exemplo de muitos outros atentados não menos graves –, deviam despertar a consciência das perdas e tomar a sério a preservação do que resta. Seria a forma de resgatar um passado pouco honroso em matéria de preservação do património cultural. Ninguém melhor preparado do que M. P. Ferreira para proceder a um levantamento completo dos fragmentos e manuscritos musicais dos arquivos e bibliotecas públicas portuguesas, projecto, de resto, que ele já tentou iniciar, mas para o qual não encontrou, nessa ocasião, os apoios necessários

Voltando ao conteúdo da *Antologia*, gostaria de apresentar exemplos concretos das informações que recolhe, para dar uma ideia da sua abundância e da sua novidade e para fazer notar a riqueza potencial de uma exploração futura de numerosos temas de investigação. Assim, por exemplo, M. P. Ferreira encontrou num antifonário de Arouca de c. 1225 um hino a S. Bernardo a duas vozes. Trata-se do primeiro exemplo de adopção da polifonia em Portugal e um dos primeiros testemunhos da polifonia ibérica. Pode ser comparado com outros exemplos precoces de uso da polifonia. Aponta a enorme riqueza contida nas centenas de códices musicais com «prosas» originais ou inspiradas em modelos italianos ou franceses, cujos textos influenciaram a piedade popular directamente ou por intermédio das confrarias de leigos ligadas aos mendicantes. Uma das maiores colecções destes códices conserva-se no espólio do mosteiro de Jesus de Aveiro. Estuda cuidadosamente o problema da música trovadoresca, a sua relação com a música religiosa, que instrumentos usavam, e analisa os fragmentos com notação musical das composições de D. Dinis de Martim Codax e das *Cantigas de Santa Maria*. Recolhe informações concretas acerca da capela real desde a sua criação por D. Dinis em 1299, até ao reinado de D. Sebastião, dos músicos e jograis que na mesma época animaram a corte, e que muitas vezes se vão encontrar nas cortes de Aragão, de França, da Borgonha e da Inglaterra. Demora-se um pouco mais na biografia de alguns compositores de alguns dos quais se possuem obras com notação musical (como Pedro Escobar, documentado entre 1489 e 1535, ou Mateus de Aranda, entre 1528 e 1544). Demora-se também na análise de manuscritos concretos, como o

Cancioneiro profano renascentista da Biblioteca Nacional (código CIC 60). Resume brevemente dois tratados redigidos em Portugal e pouco conhecidos (de Fr. João Rodrigues, 1560, e de Francisco Velez, 1563). Reúne dados sobre a actividade musical de centros como o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e a Sé de Évora. Etc., etc.

O Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical dirigido por M. P. Ferreira tem ainda o mérito de promover o enquadramento da investigação histórica musical numa perspectiva mais ampla, da qual é testemunho outro volume coordenado por ele e pela Prof. Ana Maria Rodrigues (FLL). Trata-se de uma colectânea de estudos sobre a arte, a liturgia e a música produzidas na Catedral de Braga desde o fim do século XI até à época tridentina, no qual se faz o ponto da situação historiográfica no sector arqueológico e artístico (por Luís Fontes, José Custódio Vieira da Silva e Luís Afonso), institucional (o Cabido, por Ana M. Rodrigues), a Liturgia (Semana Santa e Responsórios dos Defuntos por Pedro R. Rocha; Comemoração dos Defuntos, por Ana Maria Rodrigues; culto de S. Geraldo por M. P. Ferreira), musical (por M. P. Ferreira; polifonia por J. P. d'Alvarenga, Rui Cabral e Manuel Simões; órgãos por João Vaz). A leitura destes estudos mostra que se avançou bastante em relação com o que de tais matérias se sabia até à década de 1980, mas em todos estes sectores se vislumbram pontos que só a investigação posterior pode esclarecer. A impressão de conjunto, porém, é de uma fragmentação de informações, sem se perceber claramente se ela resulta do próprio objecto (ou seja da falta de continuidade e de coordenação das acções eclesiásticas, qualquer que fosse a sua lógica) ou se decorre da ausência de uma problemática capaz de coordenar as informações reunidas, uma vez que o teor dos artigos é muito mais descritivo do que interpretativo. Dir-se-ia que a Sé «primacial» portuguesa, hierarquicamente tão importante no conjunto da organização eclesiástica peninsular, não obstante o facto de os seus arcebispos terem geralmente tentado criar os sinais do prestígio que julgavam dever ostentar ou reivindicar, permaneceu bem mais relegada para um certo isolamento regional do que se poderia esperar comparando-o com o papel nacional ou mesmo peninsular que exerceu até ao século XIII, e que contrasta, por exemplo, com o protagonismo da acção régia apoiada em centros urbanos do Centro e do Litoral, e em circuitos que não passavam por Braga. Os arcebispos e o cabido puderam governar sem grades contestações o couto urbano, e os coutos deles

dependentes com os seus vastos domínios, mas parecem ficar habitualmente à margem dos problemas nacionais (D. Fernando da Guerra é uma excepção). Nem a dinâmica económica e política do país nem a organização eclesiástica – com a sua divisão metropolítica descentralizada (em favor da centralização papal) – contribuíram para atribuir a Braga uma grande influência sobre o conjunto do território nacional. Mas esta visão é talvez enganadora. Seja como for, seria interessante defini-la com algum rigor e explicar os fenómenos observados, mesmo que sejam predominantemente negativos. Não é por isso que a história da sua catedral é menos importante ou menos significativa.